

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOANA REGATTIERI ADAM

Estudo histórico demográfico da população escrava nas fazendas cafeeiras
do Barão de Nova Friburgo: Cantagalo / Rio de Janeiro (1850-1873)

Brasília

2º/2016

JOANA REGATTIERI ADAM

Estudo histórico demográfico da população escrava nas fazendas cafeeiras
do Barão de Nova Friburgo: Cantagalo / Rio de Janeiro (1850-1873)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História do Instituto de Ciências
Humanas da Universidade de Brasília como
requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel
em História.

Brasília, 27 de janeiro de 2017.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Tiago Luís Gil
(Orientador)

Profa. Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques

Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueiról

2º/2016

Resumo

Estudo baseado em técnicas elementares de análise em demografia histórica, no qual caracterizamos a população escrava do cafeicultor português Antônio Clemente Pinto (1795-1869), o primeiro Barão de Nova Friburgo, mandatário da construção do atual Palácio do Catete (1858-1866) – Museu da República/Ibram – para ser sua residência e de sua família na Corte. Adotamos seu inventário *post mortem* e o da Baronesa, lavrado em 1873, como principal fonte documental, onde identificamos 2.178 nomes de pessoas encarregadas do trabalho escravo nas suas propriedades rurais situadas na região serrana do interior da província do Rio de Janeiro, municípios de Cantagalo, São Fidélis e Nova Friburgo. O recorte temporal compreende o período de 1850 a 1873 – da proibição definitiva do tráfico atlântico de cativos africanos para o Brasil, que ocasionou mudanças consideráveis na base do sistema cafeeiro de exportação vigente até então, ao ano de assinatura do inventário póstumo. Comparamos, assim, estudos sobre a evolução da sociedade escravista agro fluminense em meados para o fim do século XIX, especialmente os de demografia escrava, com um retrato dos perfis sociais da escravaria do Barão pertencente às fazendas em Cantagalo, analisando pirâmides etárias elaboradas a partir dos dados arrolados na fonte.

Palavras-chave: Escravidão. Século XIX. Rio de Janeiro. Cantagalo. Demografia escrava. Inventário *post mortem*. Barão de Nova Friburgo. Museu da República/Ibram.

Agradecimentos

À minha mãe Margarida e ao meu pai Marcos, por juntos proporcionarem uma criação dedicada, amorosa e humanista aos seus três filhos.

Ao meu marido Paulo, pelo encontro e companheirismo de toda a vida.

Ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia do Ministério da Cultura (MinC), onde atuo como servidora pública há mais de dez anos, por ser fonte de constante aprendizado atrelado ao rico e desafiador trabalho com museus no Brasil. Agradeço ainda a concessão da licença de dois meses para dedicação em tempo integral à elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História, compreendendo a relevância do trabalho acadêmico para a qualificação técnica.

Aos colegas da Coordenação de Museologia Social e Educação (COMUSE) do Departamento de Processos Museais (DPMUS) do Ibram, onde sou atualmente lotada, pelo qualificado trabalho interdisciplinar em uma das áreas mais sensíveis da instituição, além do amigável convívio, em especial à Cinthia Oliveira (coordenadora), Dalva de Paula, Mônica Padilha, Renata Almendra, Juliana Vilar, Raquel Fuscaldi, Vitor Rocha e Sandro Gomes. Agradeço também a todos os consultores do Programa Pontos de Memória, aos funcionários do apoio administrativo e estagiários. Estendo os agradecimentos aos servidores, funcionários e estagiários das demais coordenações e do gabinete do DPMUS, assim como aos do Ibram Sede, em Brasília (DF).

Aos colegas do Museu da República/Ibram que compartilharam o precioso tempo em que lá trabalhei (2010-2015), em especial à equipe do Arquivo Histórico e Institucional, com quem apreendi os fundamentos do ofício de historiadora, e pela amizade que perdura e motiva a continuidade do trabalho na área cultural no nosso país. Agradeço especialmente à diretora do Museu desde 2006, Magaly Cabral, por estimular a capacidade criativa dos servidores da Casa, e particularmente aos colegas que contribuíram com seu profissionalismo e disponibilidade para a concretização deste trabalho: Silvia Pinho, Gleise Cruz, Adriana Barreira, Paloma Bensabat, Carlos Xavier, Isabel Portella, Katia Frecheiras e Mario Chagas. Agradeço ainda a ex-diretora do Museu da República (1983-1989), Lilian Barretto, atualmente diretora do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural da Secretaria Municipal de Cultura de

Nova Friburgo (RJ), pela afetuosa conexão entre o Museu da República e o patrimônio cultural da região serrana fluminense.

Aos professores do curso de graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no período em que lá estudei (2º/2011 - 1º/2015), pela excelência em todos os níveis do ensino superior, contribuindo para a manutenção da educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil. Agradeço especialmente ao Professor Manolo Florentino, pelo precioso aprendizado da ciência histórica e instigante apreensão do mundo. Aos meus colegas, alunos do curso noturno, alguns como eu cursando a segunda graduação e conciliando o trabalho com os estudos, agradeço a amizade e a troca de ideias e experiências, em especial à Letícia Castro, no âmbito do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social (LIPHS), pelo auxílio na sistematização das tabelas em *excell* para este trabalho.

Ao Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB), pela oportunidade em continuar os estudos históricos, especialmente ao Professor Tiago Gil, pelo acolhimento deste trabalho de pesquisa e pelas orientações. Agradeço também aos servidores e funcionários da Biblioteca Central da UnB (BCE), pela gentileza no atendimento e competência técnica no empréstimo de livros necessários ao TCC.

Aos profissionais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) com os quais participei de GT interinstitucional ordenado pelo MinC em 2013, pelo período de intenso aprendizado e trabalho criativo em equipe, além de ter sido ali iniciada, em paralelo, a pesquisa que originou este TCC. De modo especial agradeço à Ana Pessoa, Claudia Carvalho, Eduardo Silva, Aparecida Rangel e Renato Marinho.

Aos colegas do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), base de criação do Ibram, pelo período de valiosas experiências quando trilhei meus primeiros passos como servidora pública federal da cultura, e onde a amizade amalgamou todas as ações.

Ao curso de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense (UFF), minha primeira faculdade, e ao Programa de Especialização em Patrimônio Cultural – PEP/Iphan/Unesco, no qual fui bolsista da primeira turma, por serem as bases fundamentais da minha vida profissional.

Aos meus amigos, fios condutores de minhas esperanças.

La lune de Gorée¹

*La lune qui se lève
Sur l'île de Gorée
C'est la même lune qui
Sur tout le monde se leve*

*Mais la lune de Gorée
A une couler profonde
Qui n'existe pas du tout
Dans d'autres parts du monde
C'est la lune des esclaves
La lune de la douleur*

*Mais la peau qui se trouve
Sur les corps de Gorée
C'est la même peau qui couvre
Tous les hommes du monde*

*Mais la peau des esclaves
A une douleur profonde
Qui n'existe pas du tout
Chez d'autres hommes du monde
C'est la peau des esclaves
Un drapeau de Liberté*

¹ *La lune de Gorée* é uma canção do álbum *Quanta*, de Gilberto Gil, 1997. Composição: Gilberto Gil e Capinan.

Lista de Imagens, Mapas, Tabelas e Gráficos

Capítulo I

Imagem 1.1: Fachada principal do Palácio Nova Friburgo / Palácio do Catete, atual Museu da República/Ibram.

Imagem 1.2: Emil Bauch (1823-1890); O barão e a baronesa de Nova Friburgo; 1867; a obra pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Capítulo II

Mapa 2.1: Nova carta corográfica da província do Rio de Janeiro, organizada sobre os trabalhos de Pedro D'Alcantara Belegarde e Conrado Jacob de Niemeyer, 1867.

Imagem 2.1: Inventário *post mortem* do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo (1873), página 5, onde aparece a primeira relação de escravos inscrita no documento, com 323 escravos pertencentes à fazenda de Santa Rita, Cantagalo.

Tabela 2.1: Modelo de ficha de prospecção utilizada no levantamento dos dados do inventário.

Tabela 2.2: Distribuição da população escrava nas fazendas do Barão de Nova Friburgo segundo faixa etária e sexo (1873).

Imagem 2.2: Ferrez, Marc. Escravos na colheita do café, 1882 circa. Rio Grande, Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, Brasil / Instituto Moreira Salles.

Capítulo III

Gráfico 3.1: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Santa Rita.

Gráfico 3.2: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Areias.

Gráfico 3.3: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Boa Vista.

Gráfico 3.4: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Boa Sorte.

Gráfico 3.5: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Jacutinga.

Gráfico 3.6: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Itaoca.

Gráfico 3.7: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Laranjeiras.

Gráfico 3.8: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Gavião.

Gráfico 3.9: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Aldeia.

Gráfico 3.10: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Cafés.

Gráfico 3.11: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Aguardente.

SUMÁRIO

Resumo	2
Agradecimentos	3
Epígrafe	5
Lista de Tabelas, Gráficos e Imagens	6
Apresentação	8
Capítulo I – Antônio Clemente Pinto e o Palácio Nova Friburgo / Palácio do Catete ..	12
Capítulo II – “ <i>Escravos pertencentes a mesma fazenda a saber...</i> ”: panorama das fazendas e da população escrava do Barão de Nova Friburgo	20
2.1 Mudanças no sistema escravista cafeeiro agro fluminense após 1850.	27
Capítulo III – Um retrato demográfico da escravaria das fazendas do Barão em Cantagalo	30
3.1 Resultados da análise dos gráficos.	37
Conclusão	39
Referências bibliográficas	41
Declaração de autenticidade	44

Apresentação

No alvorecer do século XIX, ascendeu nova economia agrária de exportação que iniciou e concentrou sua produção na região Sudeste do território brasileiro – em especial nas áreas rurais da província do Rio de Janeiro –, a lavoura cafeeira. Em 1850, com o aumento das pressões internacionais para a abolição da escravatura, especialmente a britânica, a legislação brasileira foi alterada com a promulgação da *Lei Eusébio de Queiróz*,² que proibiu em definitivo o tráfico de escravos vindos do continente africano para as costas brasileiras. O desembarque dos cativos nos portos daqui já havia sido interdito legalmente em 7 de novembro de 1831, quando foi promulgada a *Lei Diogo Feijó*, que declarava livres os escravos vindos de fora do Império e impunha penas aos seus importadores”³, ficando conhecida como “lei para inglês ver” por nunca ter se efetivado na prática. O presente estudo se insere no contexto histórico da sociedade escravista agro fluminense da segunda metade do oitocentos – auge do sistema agroexportador cafeeiro –, momento em que o motor dessa poderosa engrenagem, o trabalho escravo no Brasil, sofria determinante processo de dissolução.

Com base em técnicas introdutórias de análise em demografia histórica, caracterizamos a população escrava das fazendas do grande cafeeiro português Antônio Clemente Pinto (1795-1869), o primeiro Barão de Nova Friburgo, mandatário da construção do atualmente conhecido Palácio do Catete (1858-1866) – Museu da República/Ibram⁴ – para ser sua residência e de sua família na Corte. Adotamos como principal fonte documental seu inventário *post mortem* e o da Baronesa⁵, lavrado em

² Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850, que proibiu o tráfico de africanos para o Brasil. Durante sua vigência, entretanto, o tráfico interno de escravos permaneceu legal, até a Lei Áurea. Seu nome é referência ao ministro da Justiça da época da promulgação. LOPES, Nei. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo: Selo Negro, 2015, p. 98.

³ Idem.

⁴ O Museu da República (MR), situado no Rio de Janeiro (RJ), compõe a rede de 29 museus diretamente vinculados ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia do Ministério da Cultura (MinC) desde 2009.

⁵ Neste estudo utilizou-se reprodução digitalizada do documento original que se encontra no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (RJ). A cópia foi disponibilizada no Arquivo Histórico e Institucional do MR/Ibram, no âmbito da pesquisa *Palácio Nova Friburgo: um sonho materializado em pedra e cal – Levantamento da decoração aplicada dos salões do Museu da República*, realizada com auxílio da FAPERJ e coordenada por Isabel Sanson Portella (MR/Ibram), em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC), 2013.

1873 para a partilha amigável dos bens do casal de falecidos entre seus dois filhos e legítimos herdeiros: Antônio Clemente Pinto Filho, o Barão de São Clemente; e Bernardo Clemente Pinto Sobrinho, futuro segundo Barão de Nova Friburgo. Dentre a avaliação do espólio, identificamos um conjunto de 2.178 pessoas encarregadas do trabalho escravo, distribuídas em 14 fazendas, 1 chácara e 5 moradas de casas situadas na região serrana do leste fluminense, nos municípios de Cantagalo (fazendas de *Santa Rita*, *Areias*, *Boa Vista*, *Boa Sorte*, *Jacutinga*, *Itaoca*, *Laranjeiras* e *Aguardente*, na freguesia de Santa Rita, e *Gavião*, *Aldeia* e *Café*, na freguesia de Santíssimo Sacramento), São Fidélis (fazenda de *Macapá*, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição) e Nova Friburgo (fazendas *São Lourenço*, *Cônego* e chácara *Chalet*, na freguesia de São João Batista, além das 5 moradas de casas na vila de Nova Friburgo).

Compreendendo o período de 1850 a 1873 – da proibição definitiva do tráfico internacional de escravos para o Brasil, que ocasionou mudanças consideráveis na base do sistema cafeeiro vigente até então, ao ano de assinatura do inventário póstumo –, investigamos os impactos do embargo da migração compulsória de africanos para terras brasileiras na nova dinâmica sócio econômica em franca expansão. Após exercício de levantamento e sistematização dos dados demográficos da população escrava inscritos no inventário, como nome, sexo, idade, ocupação, preço, localidade – sobretudo a relação dos seus nomes próprios, que nos deram a valiosa diferenciação entre pessoas dos sexos feminino e masculino; e a descrição de suas idades, que nos ofereceram o quadro das faixas etárias dos grupos de cada fazenda –, traçamos um pequeno retrato social da mão-de-obra cativa deste senhor de escravos. Delimitamos o foco nos trabalhadores situados nas fazendas de Cantagalo, município em que se localizava o maior número de fazendas e concentrações demográficas do braço escravo do cafeeiro. Assim, captamos uma síntese da situação encontrada nas fazendas do Barão comparada às mudanças na sociedade escravista apontadas em estudos históricos baseados em métodos de demografia escrava.

O estudo acompanha perspectivas historiográficas que privilegiam a observação sobre a influência das flutuações demográficas e enrijecimento do tecido social escravo na dinâmica sócio econômica vigente. Nessa perspectiva, é o exame documental focalizado no levantamento de informações demográficas sobre as mulheres, os homens, meninos e meninas, velhas e velhos trabalhadores escravizados das lavouras

cafeeiras que orientam este trabalho. Parte-se das contribuições teóricas que fundamentam a história demográfica, em especial a demografia nominativa.

Organizado em três capítulos, o presente texto parte das conexões ofertadas pelo Museu da República/Ibram para conhecermos a trajetória do rico cafeicultor Antônio Clemente Pinto, português de origem humilde que se tornou dono de uma das maiores fortunas do Segundo Reinado. Recebendo o título de Barão de Nova Friburgo em 1856, foi mandatário de obras tão importantes quanto grandiosas, como a Estrada de Ferro de Cantagalo e o exuberante palacete na rua do Catete, na capital imperial.

No segundo capítulo, apresentamos técnicas de abordagem da principal fonte documental – seu inventário póstumo lavrado em 1873 – onde grande parte do espólio constitui-se da população escrava existente nas fazendas cafeeiras situadas no interior da província. A partir da prospecção dos dados demográficos arrolados no documento, elaboramos um panorama quantitativo do plantel de escravos do Barão distribuído pelas localidades onde trabalhavam e residiam, dividido em três faixas etárias: crianças (0 a 14 anos), adultos (15 a 40 anos) e velhos (mais de 40 anos); e entre os sexos feminino e masculino.

Deste modo, o histórico da sociedade escravista cafeeira que ascendeu à região serrana fluminense no século XIX – especialmente Nova Friburgo e Cantagalo, áreas em que os Clemente Pinto forjaram as sólidas bases de sua fortuna e influência a partir da ida de Antônio, na década de 1820, aos “Sertões do Macacu”⁶ – acompanha todo o capítulo. A análise procura focalizar os impactos e as mudanças ocorridas no sistema escravista após a interdição definitiva do tráfico internacional de escravos em 1850, ademais as consecutivas leis que reforçaram o processo de extinção da escravidão no Brasil até a promulgação da “*Lei Áurea* - nome pelo qual passou a posteridade a Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888, que, com apenas um artigo, declarou extinta a escravidão no Brasil”⁷. Nas palavras da pesquisadora Maísa Faleiros Cunha:

Durante a segunda metade do século XIX o Estado passou a interferir mais diretamente na relação senhor-escravo através de leis referentes ao elemento servil. O decreto nacional n. 1.695, de 15 de setembro de 1869, proibia a separação de escravos casados por venda. A lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como *Lei do Ventre Livre* ou *Rio*

⁶ QUAGLINO, Maria Ana & ARAUJO, Alcília. *Sertões do Macacu: Guia do Patrimônio Documental da Região Centro-Norte Fluminense*. Nova Friburgo/RJ: Edição do autor, 2013.

⁷ LOPES, Nei, op. cit.

Branco, libertava os filhos de ventre escravo e permitia ao cativo a formação de pecúlio, com o qual poderia comprar a sua liberdade.⁸

No terceiro e último capítulo, focalizamos o estudo histórico demográfico da população escrava das 11 fazendas cafeeiras do Barão de Nova Friburgo existentes em Cantagalo. Enfocamos assim, os pontos de conexão e de divergência entre os perfis sociais e os padrões sexo-etários dos trabalhadores cativos arrolados no inventário e as mudanças ocorridas no sistema agrário escravista fluminense naquela região durante a segunda metade do século XIX, apresentadas na historiografia sobre o tema. Deste modo, procuramos captar estratégias de interação entre a classe senhorial e os escravos no processo de transformação social, cultural e econômico provocado pelo fim da escravidão no Brasil.

⁸ CUNHA, Máisa Faleiros. *A escravidão em números: demografia escrava em Franca-SP, 1811-1888*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2015, p. 15.

Quando detalhamos traço a traço a natureza de um homem do qual temos uma imagem peculiar, descobrimos que cada um desses traços é mais ou menos universal e existe em muitos homens. O destino de um indivíduo, incomparável quando considerado no todo, pode ser decomposto numa série de acontecimentos, cada um deles, na realidade, muito comum, o que fica tanto mais evidente quanto menores forem as unidades escolhidas.⁹

Quem visita o Museu da República/Ibram no bairro do Catete, cidade do Rio de Janeiro (RJ), experimenta a impactante sensação de ser transportado para outra época, outros séculos. Ao caminhar pelos suntuosos salões do palacete, pode imaginar os personagens históricos que por ali passaram; as festas, honrarias e banquetes que aquelas paredes, pisos e tetos ricamente decorados testemunharam; e as importantes decisões políticas que pelas saletas e corredores se desenrolaram. É certo que o Palácio do Catete foi sede do Poder Executivo durante 63 anos, de 1897 a 1960, quando ocorreu a transferência da Capital Federal para a recém-inaugurada Brasília¹⁰. Certo é também que 23 presidentes do Brasil exerceram seus mandatos e alguns residiram neste edifício, palco de intensos e dramáticos episódios da história republicana brasileira. Apesar do seu caráter marcado pelo regime político da primeira metade do século XX, o edifício foi construído em ares imperiais do século XIX – entre 1858 e 1867 – por mando de um senhor em particular: Antônio Clemente Pinto, o primeiro Barão de Nova Friburgo, um dos mais ricos agroexportadores e negociantes escravistas do Império brasileiro.

⁹ SIMMEL, Georg (1858-1918). *Ensaio sobre teoria da história* ; tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011, p. 25.

¹⁰ 1960 - O presidente Juscelino Kubitschek transforma o Palácio do Catete em Museu da República, por meio do Decreto 47.883, de 8 de março. O Museu da República passa a fazer parte da estrutura administrativa do Museu Histórico Nacional como Divisão de História da República. A inauguração foi realizada no dia 15 de novembro do mesmo ano, com a presença do presidente Juscelino Kubitschek. Cronologia - De Palácio Nova Friburgo a Museu da República In: MUSEU DA REPÚBLICA. O Museu da República. São Paulo: Banco Safra, 2011, p. 42.



Imagem 1.1¹¹ - Fachada principal do Palácio de Nova Friburgo / Palácio do Catete, atual Museu da República/Ibram.

De acordo com a atual diretora Magaly Cabral, o Museu da República é:

[...]um Palácio-Museu, uma Casa-Museu e uma Casa Histórica. Um Palácio-Museu com todo o seu esplendor nos aspectos construtivos e decorativos. Uma Casa-Museu, porque nela residiram a família do barão de Nova Friburgo e diversos presidentes da República – no seu segundo piso, conhecido como ‘piso nobre’, onde predominam o luxo e a diversidade temática, apresenta os salões como na época do barão, assim como na época da Presidência da República, que os utilizou sem alterá-los; o Quarto de Getúlio Vargas, no terceiro piso, reproduz o ambiente em que Vargas viveu no seu período de governo, de 1951 a 1954, e onde cometeu suicídio. E ainda uma Casa Histórica, porque suas paredes contam histórias de poder e de decisões sobre os destinos da nação – o Salão Ministerial, local de reunião da Presidência da República com seus ministros é um exemplo.¹²

No trabalho técnico do campo museológico brasileiro aprendi que museus – abordados de diferentes modos ao longo da sua vida institucional – são ferramentas de acesso a memórias históricas. Seus acervos e histórias podem ser expostos e contados ao público de diversas formas e por meio de inúmeras versões, mas percebo um

¹¹ Imagem em: PORTELLA, Isabel. O programa decorativo do Palácio de Nova Friburgo. In: *A CASA SENHORIAL EM LISBOA E NO RIO DE JANEIRO: Anatomia dos Interiores, Artigos*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: UFRJ, p. 143-152, 2015, p.144.

¹² CABRAL, Magaly. *Apresentação*. In: *MUSEU DA REPÚBLICA*, op. cit., p. 7. A autora está na direção do Museu da República desde 2006.

denominador comum na intenção de oferecerem dispositivos aos seus visitantes, passantes, estudiosos e profissionais, que os despertem para conexões com tempos e espaços semelhantes, mas sobretudo diferentes aos deles, instigando-os a refletirem sobre os vários aspectos de um objeto, seja material ou imaterial. Nessa perspectiva, o Palácio do Catete compõe o acervo exposto pelo Museu da República/Ibram, tanto quanto o famoso pijama do presidente Getúlio Vargas com a marca do tiro no coração.

Pensando sobre a afirmação do museólogo Mario Chagas “assim como Mário de Andrade reconhece e afirma que *Há uma gota de sangue em cada poema*, assim também, parafraseando o poeta, quero reconhecer e sustentar que *há uma gota de sangue em cada museu*”¹³, entendo que há algo mais que as aparências nos museus, sendo cada partícula digna de consideração e estudo, revelando-nos camadas temporais e numerosos pontos de investigação que se interligam. A função dos museus constitui-se também por possibilitar a ligação desses pontos, ampliando a compreensão de sociedades, espaços, tempos não tão evidentes. Pesquisas sobre o sistema escravista agroexportador vigente no Brasil oitocentista, que proporcionou a realização do magnífico Palácio Nova Friburgo, também conhecido como Palácio das Águias, são exemplos de busca das *gotas de sangue em cada museu*, das evidências de vidas que de certa forma também habitaram a *Casa-Museu*, acessadas através dos dispositivos presentes na ferramenta-museu, tornando público diversos aspectos da nossa vida privada.

Os perfis sociais da população escrava afrodescendente que pertenceu aos Clemente Pinto não estão explícitos na exuberância arquitetônica e decorativa de influência europeia do *Palácio-Museu*, estilo da época, embora seus sinais estejam nos bastidores de toda a altivez do prédio:

Num cenário bucólico repleto de pequenas chácaras e comércio ainda restrito, o português Antônio Clemente Pinto adquiriu, em 1858, uma casa e um terreno de fundos que se estendia até a Praia do Flamengo. Sua intenção era construir uma residência na côrte, uma vez que sua ocupação com as fazendas de café o mantinha afastado, em Nova Friburgo. [...] Encomendou ao arquiteto alemão Carl Friedrich Gustav Waehneltdt um projeto que, apresentado na Exposição Geral da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro em 1862, ganhou a medalha de prata. Pode-se notar no projeto a nítida

¹³ CHAGAS, Mario de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006, p. 29. Grifos do autor.

influência da arquitetura italiana, mais precisamente dos palácios urbanos de Florença do final do século XV e dos palácios de Veneza.¹⁴

Tampouco a *Casa Histórica* apresenta pistas muito claras, sendo majoritariamente constituída pelo acervo relativo ao período em que foi Casa dos Presidentes da República, transferido do Museu Histórico Nacional/Ibram à época de sua inauguração, em 1960, e doado por personagens da política republicana. As lacunas informacionais sobre as mulheres, os homens, velhos e velhas, crianças e famílias escravas pertencentes ao primeiro proprietário do palacete na rua do Catete – força de trabalho fundamental para a constituição das riquezas deste e dos demais aristocratas rurais – não significam seus esquecimentos. O museu, como dispositivo de acesso a memórias históricas, é um catalizador para a apreensão tanto das histórias oficiais quanto da chamada “história vista de baixo”. Que vestígios nos levarão a essas vidas veladas? Quais rastros nos aproximarão dessas pessoas que mesmo no árduo trabalho compulsório da lavoura de *plantation*, vivendo os limites do cativeiro, conseguiram constituir cotidianos, sociabilidades e sobretudo famílias, contribuindo para a formação cultural afro-brasileira?

A escravidão no Brasil, advinda no século XVI, teve cerca de quatro séculos de existência, só sendo oficialmente extinta em 1888. Em nenhuma parte do globo terrestre a escravidão durou tanto. Pelo menos três milhões de escravos negros povoaram nosso país de norte a sul, com presença e atividade marcantes em todos os segmentos da sociedade brasileira. A mão de obra escrava foi o elemento dominante na riqueza nacional.¹⁵

Dentre os resultados deste tipo de investigação, em que o protagonismo da relação senhor-escravo se inverte, podemos perceber o aumento da humanização destes sujeitos que interagem entre si. No livro *Barões do Café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)*, o historiador João Fragoso defende o estudo das elites sempre em ligação com as chamadas classes subalternas, contribuindo para esclarecimentos fundamentais a respeito do patrimônio cultural que nossas instituições de memória preservam, pesquisam e comunicam:

¹⁴ PORTELLA, Isabel Sanson. Análise tipológica dos padrões dos pisos de parquet dos Salões do Palácio Nova Friburgo / Palácio do Catete. In: MENDONÇA, I.; CARITA, H.; MALTA, M. (Coord.). *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos Interiores*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: UFRJ, 2014, p. 474.

¹⁵ Trecho do verbete *Escravidão* em: AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. 4.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012, p. 179.

Os Barões, enquanto elite social, só podem ser entendidos na sua interação com os escravos e demais grupos. Os cativos influíram decisivamente nas escolhas dos senhores do Vale, e com isto nos traços dos últimos. Afinal, *eles eram os brancos dos cativos*.¹⁶ Em outras palavras, aqueles brancos pertenciam aos negros de Angola, de Moçambique, aos crioulos etc., pois ação dos últimos como escravos, mais do que qualquer outro grupo, produziu o perfil da elite cafeeira.¹⁷

Antônio Clemente Pinto nasceu em 6 de janeiro de 1795, em Ovelha do Marão, Nossa Senhora de Aboadela, antiga freguesia situada na região centro norte do

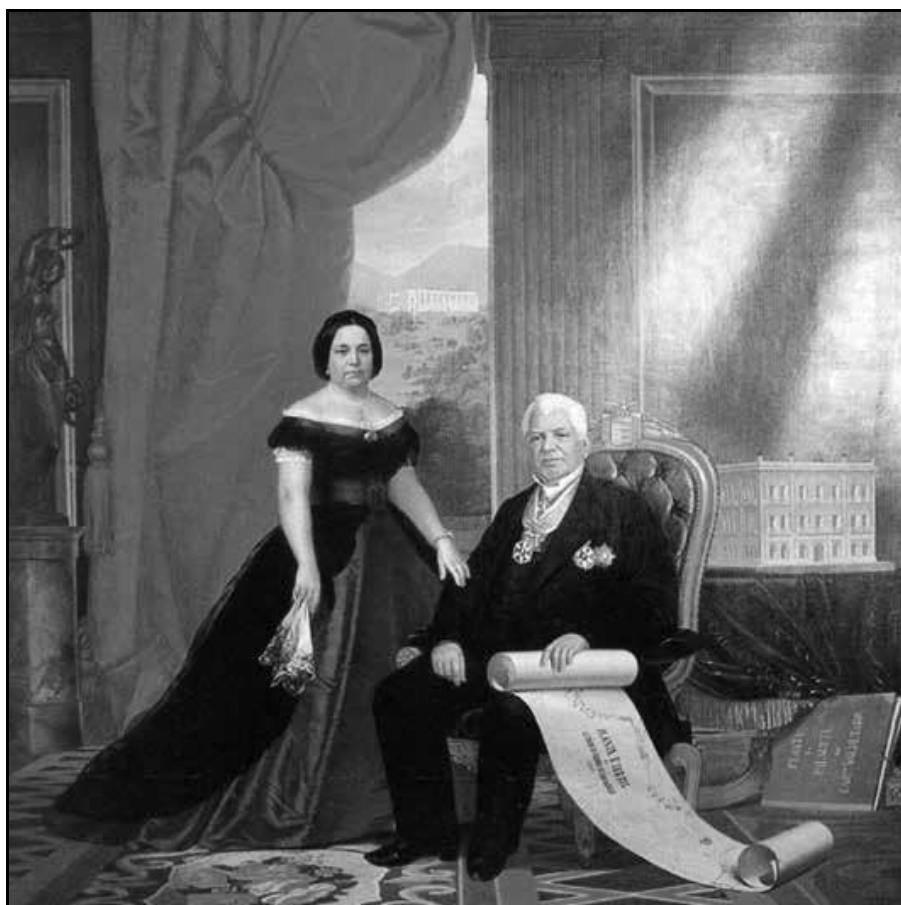


Imagem 1.2¹⁸ - Emil Bauch (1823-1890); O barão e a baronesa de Nova Friburgo; 1867; a obra pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).¹⁹

¹⁶ GENOVESE, Eugene, apud FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013, p. 13.

¹⁷ FRAGOSO, João, *idem*.

¹⁸ PORTELLA, Isabel, *op. cit.*, p. 143.

¹⁹ Legenda em: MUSEU DA REPÚBLICA, *op. cit.*, p.15. *Barão e baronesa de Nova Friburgo (Laura Clementina da Silva Pinto)*, óleo sobre tela de Emil Bauch, c. 1867. Esta pintura, medindo 3,70 X 2,90, retrata o barão e suas mais significativas propriedades, como o Solar do Gavião, em Cantagalo (ao centro), a Estrada de Ferro de Cantagalo, cuja planta o Barão segura com a mão esquerda, e o Palácio Nova Friburgo, representado por uma maquete à

território português. O futuro Barão, como ocorreu a tantos outros portugueses em busca de melhores condições de vida e segurança, além da vinda da Família Real para a colônia sul-americana no início do século XIX, “ainda menino, com 12 anos, veio em 1807 para o Brasil acompanhado de 4 irmãos e um tio, fugindo todos da invasão francesa, já que a serra do Marão era um dos pontos principais de resistência”²⁰. Começou ainda muito jovem a trabalhar na casa comercial do comerciante, cafeicultor e traficante de escravos João Rodrigues Pereira de Almeida, futuro Barão de Ubá, tornando-se posteriormente ele mesmo dono de seu próprio comércio e negócios.

Em 1820 Antônio e seu irmão Manuel Clemente de Miranda vão para a região de Cantagalo como sesmeiros. Foi por intermédio de Joaquim Pereira de Almeida que, em 1829, Antônio Clemente Pinto recebe uma concessão para exploração de ouro em largas sesmarias às margens do Rio Bengalas, região em que seu tio já era fazendeiro e onde, no mesmo ano, casa-se com sua prima Laura Clementina da Silva Pinto.²¹

Há um grande interesse de pesquisadores em investigar a trajetória deste eminente personagem, nele encontrando sínteses de modelos explicativos que embasam teses sobre o sistema escravista cafeeiro oitocentista. Seus feitos estão presentes em muitos relatos de viajantes estrangeiros que vieram em profusão para o Brasil no período. Literatos e personalidades da política brasileira, como Machado de Assis e Joaquim Nabuco, mencionaram o Barão e sua família em suas obras e testemunharam a exuberância de seu vasto patrimônio.

Apesar de algumas divergências, os autores comungam o fato de que o português Antônio Clemente Pinto, durante toda sua trajetória de pequeno comerciante na praça mercantil do Rio de Janeiro a grande proprietário de terras e escravos no interior da Província, procurou estabelecer alianças e redes de solidariedade associando-se a grandes negociantes e fazendeiros brasileiros, portugueses e administradores imigrantes europeus, destacando-se a muito bem sucedida sociedade com o engenheiro holandês Jacob Van Erven. Instituiu assim, da ida aos Sertões do Macacu em 1820 até sua morte em 1869, um diversificado conjunto de latifúndios cafeeiros na região serrana

direita da composição. Legenda da mesma obra em: ALMEIDA, Cícero Antonio F. de. *Catete: Memórias de um Palácio*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994, p. 24.

²⁰ OLIVEIRA, Carlos Daetwyler Xavier. Antônio e suas loucuras de pedra e cal. *Revista do Professor – Museu da República*. Rio de Janeiro, n. 05, p. 4-8, 2013, p. 4.

²¹ *Ibidem*, p. 5.

de Nova Friburgo e Cantagalo, com avançadas técnicas de beneficiamento da produção e grande contingente de braços escravos, em sua maior parte provenientes do tráfico atlântico de cativos empreendido na primeira metade do século XIX, quando a quantidade de africanos desembarcados nos portos brasileiros conheceu seu ápice em relação a toda a história da escravidão no Brasil.

Como demonstram os autores Luna & Klein no livro *Escravidão no Brasil*, estima-se que o crescimento quantitativo de escravos recém-chegados de África – originários em sua maioria da região dos povos bantos²² de Angola, Congo e Moçambique – tenha atingido seus maiores níveis nas primeiras três décadas do oitocentos, chegando a totalizar mais de 50 mil indivíduos desembarcados por ano. Para atender a ávida demanda de mão-de-obra nas lavouras cafeeiras do interior das províncias do Sudeste, os portos do Rio de Janeiro e região foram os que mais receberam cativos nesse período, tangenciando a média anual de 35 mil desembarcados entre 1810 e 1830.²³

A família Clemente Pinto, impulsionada pelo empreendedorismo do personagem aqui tratado, acumulou mais do que o excedente monetário do sistema escravista agro fluminense de exportação, consolidando um domínio que extrapolava a própria região fonte de suas riquezas. Tornaram-se influentes na comunidade local e proeminentes aristocratas rurais do Segundo Reinado.

Defende-se a tese de que Antônio Clemente Pinto possuía um engenhoso complexo de negócios envolvendo terras, café e escravos, e que os lucros obtidos na atividade agrícola permitiram a diversificação de suas atividades, como a criação da casa comissária Friburgo & Filhos, a construção da Estrada de Ferro Cantagalo, a concessão de créditos a juros e investimentos em imóveis urbanos. Elementos que se interligavam, isto é, Antônio dominava todo o processo de produção, beneficiamento, transporte e distribuição do seu complexo de fazendas em Cantagalo e Nova Friburgo, além disso, passou a investir seus lucros em atividades usurárias.²⁴

²² *Conjunto de povos localizados no território africano, de Camarões à África do Sul e do oceano Atlântico ao Índico, na África Central, Centro-Occidental, Austral e em parte da África Oriental. Distinguem-se pelo uso de línguas aparentadas, cuja origem é comum [...], sendo também portadores de usos, costumes e tradições semelhantes.* LOPES, Nei, op. cit., p. 29.

²³ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, pp. 168-169.

²⁴ MARRETO, Rodrigo Marins. De traficante de escravos a Barão de Nova Friburgo: a trajetória de Antônio Clemente Pinto na primeira metade do oitocentos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, XXVIII, 2015, Florianópolis. *Anais eletrônicos*, Florianópolis: ANPUH, p. 1-12, 2015, p. 6.

Recebendo o título de Barão de Nova Friburgo em 1856 por decreto do Imperador Dom Pedro II, Antônio prosperaria cada vez mais, deixando uma extraordinária fortuna avaliada em 6:909:371\$570 contos de réis²⁵ – composta por milhões de pés de café, mais de 2 mil escravos, cerca de 15 fazendas com sofisticadas sedes e benfeitorias, além de diversas edificações urbanas – aos seus herdeiros após falecer no interior do seu palacete na rua do Catete, na capital imperial da província do Rio de Janeiro, em 4 de outubro de 1869.

²⁵ ALEGRIO, Leila Vilela. *Os Clemente Pinto: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense (Cantagalo)*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 9.

Capítulo II – “Escravos pertencentes a mesma fazenda a saber...”: panorama das fazendas e da população escrava do Barão de Nova Friburgo

Após 9 horas de marcha a cavalo, chegamos a Morro Queimado ou Nova Friburgo, 8 e meia léguas distante de Cantagalo. A estrada atravessa uma região acidentada, ora subindo, ora descendo, seguindo em parte o curso do rio Negro, para depois correr ao longo de barrancos e vales estreitos. [...] Pouco abaixo da confluência está a vila de Nova Friburgo, numa dupla fila de casas formando um retângulo. A maioria dos prédios é de construção simples e aparência um tanto pobre. A residência que mais se destaca é a do sr. Antônio Clemente Pinto, que ele mandou construir atrás da vila de que tirou seu título de baronato.²⁶

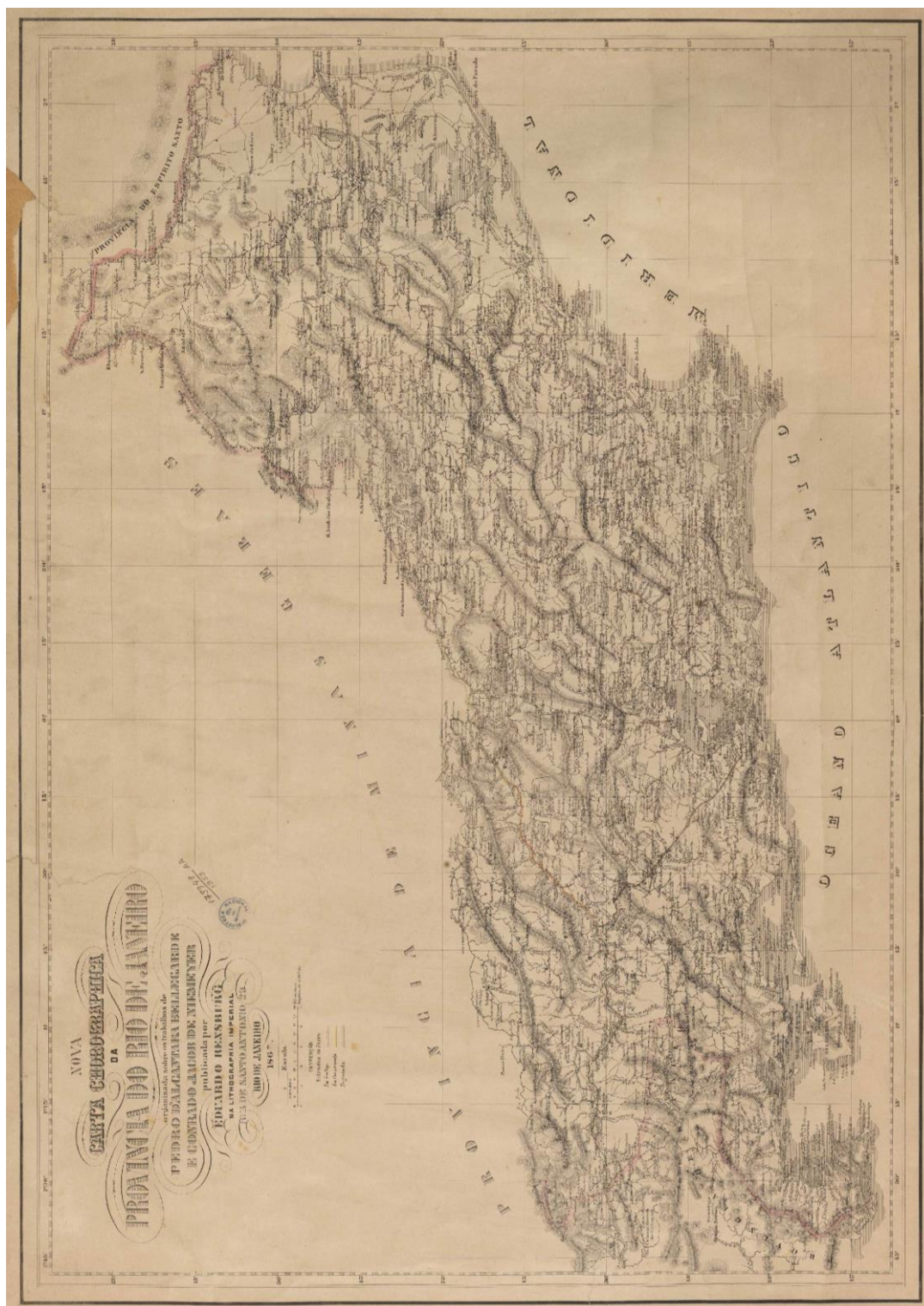
Desde meados do século XVIII que grandes proprietários de terras e escravos migraram do sul de Minas Gerais para a região serrana dos chamados “Sertões do Macacu”, ou “Sertões do Leste”, interior da capitania do Rio de Janeiro. A partir das primeiras décadas do século XIX, comerciantes portugueses da litorânea Capital Colonial, como o futuro Barão de Nova Friburgo, ganharam sesmarias naquela localidade distribuídas pela metrópole aos colonos com posses e escravos em condições de exploração das terras. A Vila de São Pedro do Cantagalo foi a primeira criada na região em 1814, por influência do povoamento estabelecido pela exploração do ouro no início da ocupação, transformando-se rapidamente em centro irradiador da cultura cafeeira.²⁷ O Centro-Norte Fluminense, tendo o rio Paraíba do Sul como fronteira natural com a província de Minas Gerais ao norte, se tornaria uma das mais importantes e consolidadas áreas do sistema escravista cafeeiro de exportação do Brasil Império.

A expansão do café no interior da Província teve como ponto de partida a fazenda *Mendanha*, em Campo Grande, donde saíram as mudas pioneiras para o Vale do Paraíba e a Baixada Fluminense. Duas frentes de penetração se formaram a partir dali: a primeira tomou o rumo de Resende e beneficiou todo o setor ocidental da bacia paraibana, ramificando-se por São João Marcos, Sacra Família, Vassouras, Valença, Barra Mansa e Paraíba do Sul, para depois seguir em direção à Paulicéia; e a segunda, passando por São Gonçalo, alcançou Magé, Itaboraí, Maricá e Macaé, subindo a serra da Boa Vista para formar os cafezais de Cantagalo.²⁸

²⁶ Trecho do relato de viagem realizada pelo importante naturalista suíço J. J. von Tschudi (1818-1887) em 1860, quando o governo da Confederação Helvética o nomeou ministro plenipotenciário no Brasil, cabendo-lhe em missão especial estudar os problemas da imigração suíça no Império. TSCHUDI, Johann Jakob; TAUNAY, Afonso de E. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e de S. Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953, p. 86.

²⁷ MARRETO, Rodrigo Marins. *A Escravidão Velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2014, p. 3.

²⁸ ERTHAL, Clelio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Nitpress, 2008, p. 196.



Mapa 2.1: Nova carta corográfica da província do Rio de Janeiro, organizada sobre os trabalhos de Pedro D'Alcantara Belegarde e Conrado Jacob de Niemeyer, 1867.²⁹

²⁹ Mapa e legenda em: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=28127 Acesso em 1º de nov. 16

O período em que Antônio Clemente Pinto ascendeu às terras férteis e favoráveis ao cultivo do café de Nova Friburgo e Cantagalo coincide com o auge do cultivo de cafezais movidos pelo braço escravo na região do Vale do Paraíba. O futuro primeiro Barão de Nova Friburgo, com sua conhecida visão para os negócios, aproveitava a já larga experiência como comerciante de grossa monta na praça mercantil do Rio de Janeiro e traficante de escravos para empreender a lucrativa agricultura de exportação fluminense, evidenciada em seu vultoso espólio lavrado em 1873.

Analisar um documento manuscrito do século XIX se assemelha a caminhar pelos salões e corredores ornamentados de um palácio do mesmo século. Mesmo um documento protocolar e jurisdicional como um inventário *post mortem* – “o inventário foi e continua sendo um documento exigido pelo Estado, por meio do Poder Judiciário, no qual se relacionam todos os bens de um indivíduo por ocasião de seu falecimento para, assim, formalizar a partilha entre seus herdeiros e sucessores”³⁰ – pode nos levar a sensações de transposição de tempos e espaços assim como num passeio pelo museu. Além da dificuldade em traduzir o manuscrito, há o desafio em transpor as aparências do documento, observando-o como uma estrutura repleta de detalhes reveladores de informações sobre pessoas que, em seu período e contexto, encontravam-se excluídas dos seus direitos civis: “esse documento é um dos poucos arrolamentos em que é possível verificar o tamanho da escravaria, informação ausente dos censos, mas que atua como um dos fatores a influenciar a demografia e a família escrava”³¹. Os inventários são fontes preciosas para a pesquisa histórica que busca investigar, através do conjunto de séries fixas ao longo do tempo, quadros sociais, econômicos e culturais de diversas camadas da população, sobretudo das massas que compunham os plantéis de escravos.

Segundo Magalhães (1989), o inventário é uma fonte diversificada, que permite o estudo de várias parcelas da população. ‘É como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de minerar e, sobretudo, a mão-de-obra’³²

³⁰ TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. *Mal-Estar e Sociedade*. Barbacena, Ano V, n. 8, p. 63-83, janeiro/junho 2012, p. 64.

³¹ CUNHA, Máisa Faleiros, op. cit., p. 13.

³² MAGALHÃES, B. R. de, apud TEIXEIRA, Adriano Braga, op. cit., p. 65.

2. Citecentos percos de pasto avaliados
 Todos em quatro centos e oito centos mil reis 4.800/

Escravos pertencentes a mesma fazenda a saber
 Alberto, Caraca, quarenta e nove annos:
 avaliado em um cento e quinhentos mil reis 1.500/

Paulino, urica, quarenta e oito annos: avaliado
 em um cento e cincoenta mil reis 1.500/

Ricco, urica, cinquenta e quatro annos: avaliado
 em um cento e trinta mil reis 1.300/

João em Crigi em um cento e sessenta mil reis 1.600/

Leão, Carpinteiro, cinquenta e oito annos: avaliado
 em um cento e quatro centos mil reis 1.400/

João em, Carpinteiro, cinquenta e quatro annos:
 avaliado em um cento e cem mil reis 1.100/

Leão, marceneiro, sessenta e um annos: avaliado
 em oito centos mil reis 800/

Benito, infirmo, sessenta e dois annos:
 avaliado em um cento e cem mil reis 1.100/

Evisto, urica, quarenta e nove annos: avaliado
 em um cento e quinhentos mil reis 1.500/

Liberio, urica, quarenta e nove annos: avaliado
 em um cento e quinhentos mil reis 1.500/

Valério, Caraca, trinta e seis annos: avaliado em
 um cento e setenta mil reis 1.700/

Cypriano, perquin, sessenta e tres annos:
 avaliado em quatro centos mil reis 400/

Alino, Carpinteiro, sessenta e um annos: avaliado
 em quinhentos mil reis 500/

Benito, urica, Carpinteiro, sessenta e tres
 annos, sem valor /

Fidelite, urica, quarenta e sete annos: avaliado
 por um cento e quinhentos mil reis 1.500/

Manoel, Carpinteiro, quarenta e oito annos
 avaliado por um cento e cem mil reis 1.100/

Imagem 2.1: Inventário post mortem do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo (1873), página 5, onde aparece a primeira relação de escravos inscrita no documento, com 323 escravos pertencentes à fazenda de Santa Rita, Cantagalo.

No período em que estudei no curso noturno da graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – 2º/2011 a 1º/2015), anterior a transferência para o mesmo curso desta Universidade de Brasília (UnB – 1º/2016), participei de pesquisa no âmbito do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social (LIPHS) do Instituto de História daquela universidade, coordenado pelo Professor Manolo Florentino. Entre os anos de 2013 e 2015, os dados demográficos da população escrava arrolados no inventário *post mortem* do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo (1873) foram levantados e sistematizados em tabelas e gráficos sexotários. Partindo de fichas de prospecção semelhantes ao modelo que segue abaixo (Tabela 2.1), 202 fichas foram produzidas e preenchidas a mão, com inscrição de 11 nomes a cada ficha, registrando-se diretamente das 170 primeiras páginas do documento manuscrito.

FICHA DE PROSPECÇÃO DE PLANTÉIS DE ESCRAVOS DAS FAZENDAS DO BARÃO DE NOVA FRIBURGO. ACERVO DO ARQUIVO NACIONAL, CAIXA 2619, MAÇO 637, NÚMEROS 1171 E 1172 – 1873.

FAZENDA Santa Rita – Freguesia de St. Rita – Cantagalo - RJ FICHA 1

NOME	SEXO	IDADE	OCUPAÇÃO	PREÇO	OBS
<i>Alberto</i>	<i>M</i>	<i>49</i>	<i>carreiro</i>	<i>1:500.000</i>	
<i>Paulino</i>	<i>M</i>	<i>48</i>	<i>roça</i>	<i>1:050.000</i>	
<i>Diogo</i>	<i>M</i>	<i>54</i>	<i>roça</i>	<i>1:000.000</i>	
<i>Luiz</i>	<i>M</i>	<i>58</i>	<i>carpinteiro</i>	<i>1:400.000</i>	
<i>Joaquim</i>	<i>M</i>	<i>54</i>	<i>carpinteiro</i>	<i>1:100.000</i>	
<i>Luiz</i>	<i>M</i>	<i>61</i>	<i>marceneiro</i>	<i>800.000</i>	
<i>Bento</i>	<i>M</i>	<i>62</i>	<i>enfermeiro</i>	<i>1:100.000</i>	
<i>Evaristo</i>	<i>M</i>	<i>49</i>	<i>roça</i>	<i>1:300.000</i>	
<i>Libório</i>	<i>M</i>	<i>49</i>	<i>roça</i>	<i>1:500:000</i>	
<i>Galeno</i>	<i>M</i>	<i>20</i>	<i>carreiro</i>	<i>1:700:000</i>	
<i>Cipriano</i>	<i>M</i>	<i>63</i>	<i>porqueiro</i>	<i>400.000</i>	

Tabela 2.1 – Modelo de ficha de prospecção utilizada no levantamento dos dados demográficos da população escrava do inventário.

O documento original possui o total de 255 páginas manuscritas em que se avaliam os bens patrimoniais do casal de falecidos para partilha amigável entre os dois filhos herdeiros. Consideramos ser a primeira parte, composta de 170 páginas, a que melhor apresenta as variáveis demográficas da população escrava de cada uma das propriedades rurais ali avaliadas, como nome, sexo, idade, ocupação e preço, portanto, mais interessantes para os objetivos da nossa investigação³³.

A escolha não muito comum em adotar um único inventário – tratando de investigação histórica que se vale do cruzamento de múltiplas fontes plurais e seriadas – deve-se, primeiro, ao exercício metodológico de introdução às técnicas de análise em história demográfica, e depois ao fato do próprio documento, em sua proporção, equivaler a uma série de inventários de várias fazendas da região. A amostra do panorama material e humano apresentado por este inventário em particular traz possibilidades comparativas – a partir de diversos pontos de abordagem – com o sistema agrário escravista vigente a partir de diversos pontos de abordagem. Neste trabalho, privilegiamos a análise sexo-etária dos grupos de escravos nas fazendas do Barão, na tentativa de estabelecer parâmetros simplificados dos seus perfis sociais. Levamos em conta, entretanto, as lacunas informacionais do documento, como por exemplo, a ausência de dados sobre a origem (crioula ou africana) dos escravos e a inexistência de informações sobre as relações de parentesco entre os mesmos.

Como já mencionado, identificamos um plantel de 2.178 escravos distribuídos por 14 fazendas, 1 chácara e 5 moradas de casas situadas na região serrana do leste fluminense, em freguesias dos municípios de Cantagalo, São Fidélis e Nova Friburgo (Tabela 2.2). Nos resultados gerais deste levantamento, podemos notar uma população com maior quantidade de indivíduos do sexo masculino maiores de 40 anos: 579 homens x 308 mulheres, sendo mais equilibrada a relação entre os sexos feminino e masculino na idade adulta, entre 14 e 40 anos, com relevante superioridade numérica para as mulheres: 351 em relação aos 332 homens. Da mesma forma, crianças abaixo dos 14 anos, faixa etária com menor número de indivíduos entre a escravaria do Barão, também apresentam superioridade numérica feminina: 276 meninas x 255 meninos. Esses números, quando comparados às mudanças no sistema escravista agro fluminense

³³ A segunda e última parte do documento é composta pela revisão sumária dos bens arrolados anteriormente.

pós-1850, podem contribuir para a percepção de padrões do comportamento social da classe senhorial e da escravaria sob o impacto do processo de transição para o trabalho livre.

Tabela 2.2 - Distribuição da população escrava nas fazendas do Barão de Nova Friburgo segundo faixa etária e sexo (1873)											
Fazenda	Freguesia	Município	Crianças		Adultos		Velhos		TOTAIS		
			M	F	M	F	M	F	M	F	M/F
Santa Rita	Santa Rita	Cantagalo	37	49	34	49	84	68	155	168	323
Areias	Santa Rita	Cantagalo	28	34	43	54	82	66	154	155	309
Boa Vista	Santa Rita	Cantagalo	21	15	22	14	46	33	89	62	151
Boa Sorte	Santa Rita	Cantagalo	44	32	25	30	41	30	110	92	202
Jacutinga	Santa Rita	Cantagalo	10	12	18	28	35	16	63	56	119
Itaoca	Santa Rita	Cantagalo	14	11	5	17	27	16	46	53	90
Laranjeiras	Santa Rita	Cantagalo	16	11	10	25	43	17	69	53	122
Gavião	S. Sacramento	Cantagalo	15	23	26	31	54	33	95	87	182
Aldeia	S. Sacramento	Cantagalo	14	21	29	24	34	29	77	74	151
Cafés	S. Sacramento	Cantagalo	12	11	18	16	43	22	73	49	122
Aguardente	Santa Rita	Cantagalo	12	27	28	21	19	26	60	74	134
Macapá	N.S. Conceição	S. Fidélis	7	6	16	8	19	8	42	22	64
São Lourenço	S. J. Batista	N. Friburgo	2	4	18	10	6	1	26	15	41
Conego	S. J. Batista	N. Friburgo	15	15	27	19	43	15	85	49	134
Chácara Chalet	S. J. Batista	N. Friburgo	7	4	0	4	0	0	7	8	15
Cinco moradas de casas	Vila Nova Friburgo	N. Friburgo	1	1	13	1	3	0	17	2	19
		TOTAIS	255	276	332	351	579	308	1168	1019	2178

Fonte: Inventário *post mortem* do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo, 1873.

Obs.: M = Masculino F = Feminino / Crianças = 0 a 14 anos / Adultos = 15 a 40 anos / Velhos = mais de 40 anos

2.1 Mudanças no sistema escravista agro fluminense após 1850.

As transformações sociais, econômicas e políticas que marcaram o século XIX são de grande importância para a compreensão do dinamismo do tecido social escravo. Diante da determinante interdição do maior e mais lucrativo repositor em larga escala da mão-de-obra escrava nas lavouras cafeeiras – o tráfico atlântico –, a classe senhorial fluminense passa a adotar estratégias para maior conservação de sua escravaria, agora mais valorizada em preço e em integridade física. Antes de 1850, a baixa cotação da força de trabalho escravo associada a facilitada oferta proveniente do tráfico internacional, com preferência para adultos do sexo masculino a partir dos 14 anos, impediria a reprodução endógena da população escrava em vista do constante desequilíbrio entre os sexos imposto pela reposição massiva de africanos recém-chegados. Ademais, o alto índice de mortalidade infantil de recém-nascidos e crianças no cativeiro devido as precárias condições de vida, considerando ainda a desvalorização dos pequenos seres que, para o cálculo objetivo de seus senhores, significavam prejuízos de manutenção, dificultando a auto reprodução e a adoção de alternativas para reposição da mão-de-obra além do tráfico externo. Segundo o historiador Manolo Florentino:

Este modelo geral, embora flutue ao sabor das variações dos preços da produção escravista, aplicar-se-ia ao período anterior a 1850. Com a proibição definitiva do tráfico [atlântico], ao mesmo tempo em que o preço dos cativos sofria um aumento generalizado, os senhores brasileiros teriam buscado prolongar-lhes a vida útil. O desequilíbrio entre os sexos foi diminuindo. A empresa ter-se-ia adaptado à melhoria das condições materiais dos cativos, à custa de menores ganhos. Os índices de sobrevivência dos recém-nascidos teriam crescido e o tempo de vida útil do escravo prolongado-se, ao mesmo tempo em que se dilatavam as suas potencialidades auto reprodutivas. Tais mudanças se traduziriam, por exemplo, na maior incidência de famílias escravas.³⁴

O tráfico interno de escravos proveniente da região Nordeste, visando atender a crescente demanda de força de trabalho nas lavouras cafeeiras do Sudeste, foi a solução imediata para a continuidade da reposição de mão-de-obra em idade produtiva.

³⁴ FLORENTINO, Manolo & GOÉS, José Roberto. *A Paz das Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, pp. 18-19.

A análise panorâmica da amostra da população escrava do Barão de Nova Friburgo, após uma sequência das já mencionadas interdições legais, sociais e econômicas em relação a escravidão, confirma essa busca pelo prolongamento da vida útil do escravo. A presença majoritária de escravos do sexo masculino maiores de 40 anos revela a permanência de trabalhadores adquiridos no auge do tráfico atlântico antes de 1850, e até mesmo pré-1831, quando houve a primeira interdição legal. Notamos também um maior equilíbrio entre os sexos nas faixas etárias adultas e infantis, o que tanto pode significar possibilidades de: 1) reprodução endógena, confirmando a presença de famílias escravas; 2) reposição de mão-de-obra feminina por meio do tráfico interno; 3) melhoramento das suas condições de vida através da instalação de equipamentos e ambientes de melhor qualidade. O documento em análise nos confirma este movimento pesaroso da vida útil do escravo ao apresentar, em quase todas as propriedades rurais, benfeitorias e instalações que serviriam também a esta intenção, como senzalas de pedra e cal com separação de dependências, além de cozinhas para escravos, hospitais, farmácias, alimentação diversificada e abundante etc.

Apesar da aparente maior conservação da escravaria do Barão de Nova Friburgo aqui analisada, temos que considerar o aumento populacional vertiginoso na província do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, principalmente da população escrava, representando o amplo recurso ao tráfico interno e, provavelmente, ao tráfico internacional ilícito após 1850, empreendido pela classe senhorial agro fluminense de modo geral. Os dados da pesquisa de Renato Leite Marcondes sobre as desigualdades regionais brasileiras na posse e comércio de cativos na década de 1870 confirmam essa hipótese.

A população do Rio de Janeiro aumentou de modo expressivo entre 1823 e 1872, de 452 mil para 1.058 mil habitantes – incluindo a corte. Esta área representou pouco mais de um décimo do total da população brasileira. Contudo, a participação dos escravos do Rio de Janeiro no total do país chegou a 23,0%, mostra uma grande relevância no emprego da mão de obra cativa nesta província. A agricultura compreendeu 45,4% de todos habitantes fluminenses com profissão, enquanto que entre os cariocas foi de 9,3%.³⁵

³⁵ MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. FUNPEC Editora, 2009, p. 155.



Imagem 1.2: Ferrez, Marc. Escravos na colheita do café, 1882 circa. Rio Grande, Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, Brasil / Instituto Moreira Salles.³⁶

³⁶ Foto e legenda em: Brasileira Fotográfica Digital (FBN/IMS). Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/2137> Acesso em: 25 nov. 16

Capítulo III – Um retrato demográfico da escravaria das fazendas do Barão em Cantagalo

Como já foi indicado, este jogo de vaivém não fecha necessariamente a porta à indagação serial. Serve-se dela. Uma série, sobretudo se não manipulada, é sempre um bem utilizável. Mas o centro de gravidade do tipo de investigação micronominal que aqui propomos encontra-se noutra parte. As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.³⁷



Mapa 3.1: Município de Cantagalo (São Pedro do Cantagalo até 1857).³⁸

No recenseamento do Império brasileiro de 1872 – Província do Rio de Janeiro, encontramos no quadro geral da população escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidade e grau de instrução, os números de escravos nos diversos municípios do interior da província. Destacamos aqui os quantitativos correspondentes ao município de Cantagalo para construção de um parâmetro de comparação com os plantéis identificados nas 11 fazendas do Barão de Nova Friburgo no mesmo município. Totalizando 16.805 escravos em Cantagalo contabilizados no

³⁷ GINZBURG, Carlo. *O nome e o como*. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*; tradução António Narino. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 175.

³⁸ Mapa e legenda em: QUAGLINO, Maria Ana & ARAUJO, Alcília, op. cit., p. 95.

censo, e apenas examinando as freguesias de Santa Rita e do Santíssimo Sacramento onde se situavam as fazendas do Barão, encontramos os totais de 4.602 e 5.735 em cada freguesia, respectivamente. A proporção entre homens e mulheres nas duas localidades também é desequilibrada, com forte inclinação para o maior quantitativo de indivíduos do sexo masculino em relação às mulheres.³⁹

Já nas fazendas do Barão de Nova Friburgo em Cantagalo, calculamos um total de 1.914 escravos distribuídos pelas 11 fazendas, sendo 991 homens e 923 mulheres. Também aqui, assim como no recenseamento de 1872, no cômputo geral, o quantitativo de indivíduos do sexo masculino supera ao do feminino. No entanto, a construção de pirâmides sexo-etárias, como observa Maísa Faleiros Cunha, permite uma análise mais aguçada da diferenciação sexual nas faixas etárias, o que auxilia na detecção de situações em que essa relação entre os sexos se inverte, sobretudo na faixa etária produtiva, podendo significar a aquisição de mulheres através do tráfico interno, ação incomum entre os senhores, que sempre privilegiavam a aquisição imediata de homens em fase produtiva, como podemos conferir nos dados aproximados na tabela abaixo (Tabela 3.1):

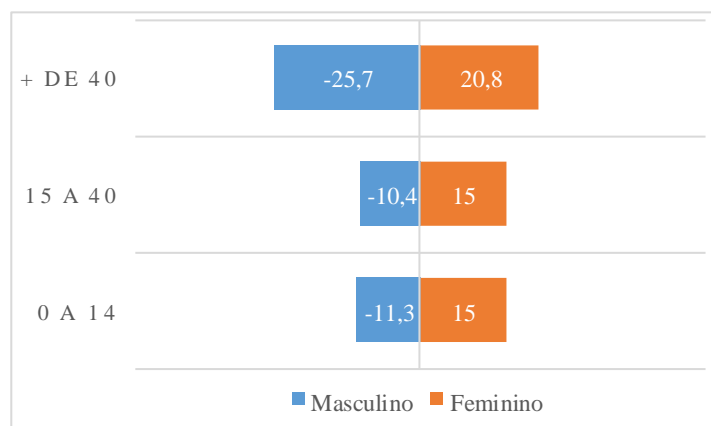
Tabela 3.1: População escrava das fazendas do Barão de Nova Friburgo no município de Cantagalo segundo sexo e faixas etárias.				
	mais de 40	14 a 40	0 a 14	Totais
Feminino	356	309	246	911
Masculino	508	258	223	989
Totais	864	567	469	1914

Fonte: Inventário *post mortem* do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo, 1873.

A seguir, trabalharemos com análises comparativas dos gráficos construídos a partir dos dados sexo-etários e dos percentuais aproximados extraídos da população escrava do Barão de Nova Friburgo, relacionada em cada uma das suas 11 fazendas cafeeiras situadas no município de Cantagalo.

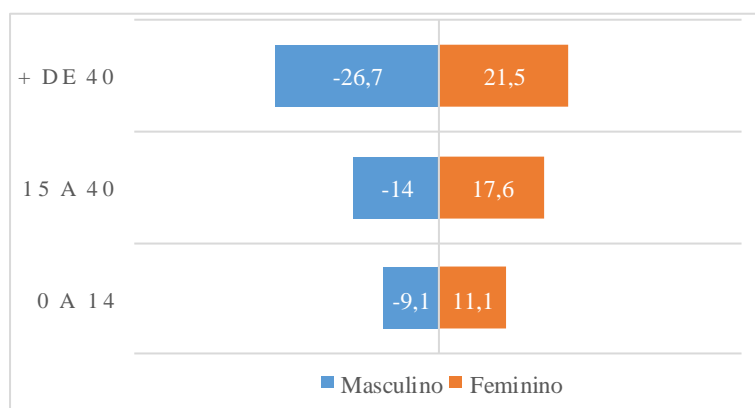
³⁹ Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil em 1872* – Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger, 1874.

Gráfico 3.1: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Santa Rita
Masculino: 155 / Feminino: 168 / Total: 323



Fazenda com escravaria de maior tamanho. Maioria de homens e mulheres maiores de 40 anos, sendo que a de homens predomina (25,7%), apesar do cômputo geral revelar a superação em números da presença de mulheres em relação aos homens nas faixas etárias base e mediana da pirâmide.⁴⁰

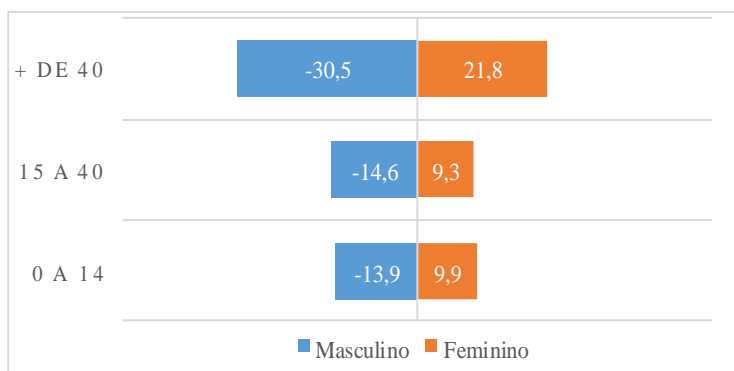
Gráfico 3.2: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Areias
Masculino: 154 / Feminino: 155 / Total: 309



Semelhante ao Gráfico 3.1, predominam homens e mulheres mais velhos, com maior percentagem para os homens (26,7%). Maioria de mulheres nas demais faixas etárias, com ligeiro equilíbrio entre os sexos, mais acentuado na faixa de 0 a 14 anos.

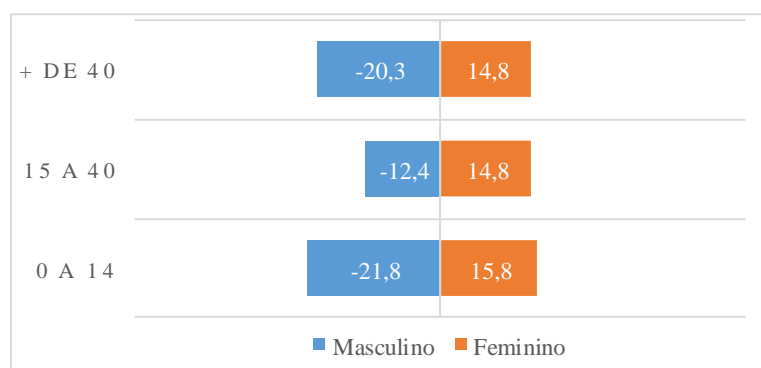
⁴⁰ O sinal de negativo apresentado nos gráficos servem apenas para a conformação do lado masculino da pirâmide etária, não possuindo qualquer conotação simbólica. Os números apresentados são percentuais.

Gráfico 3.3: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Boa Vista
Masculino: 89 / Feminino: 62 / Total:151



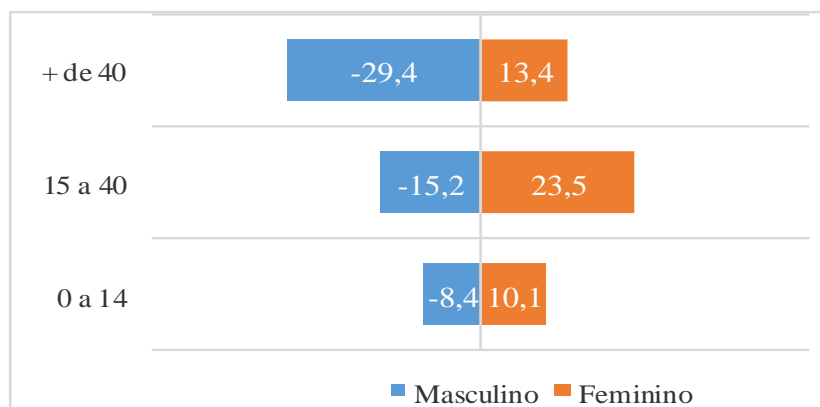
Alto percentual de homens velhos. Relação inversa do quantitativo de mulheres por faixa, predominado o sexo masculino nos percentuais de todas as faixas etárias nesta fazenda.

Gráfico 3.4: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Boa Sorte
Masculino: 110 / Feminino: 92 / Total: 202



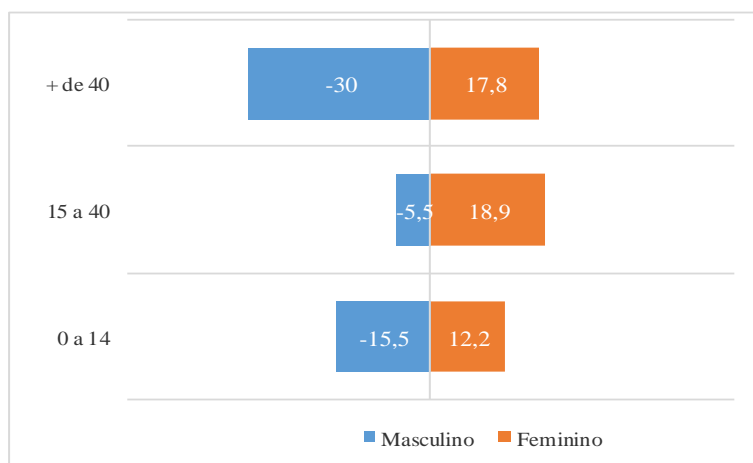
Primeira fazenda a apresentar uma pirâmide etária da população escrava com percentuais maiores na base: 21,8% da população constituída de meninos e 15,8% de meninas. Velhos homens continuam superando mulheres mais velhas, mas há mais mulheres adultas que homens adultos.

Gráfico 3.5 – Pirâmide etária da população escrava da Fazenda de Jacutinga
M: 63 F: 56 Total:119



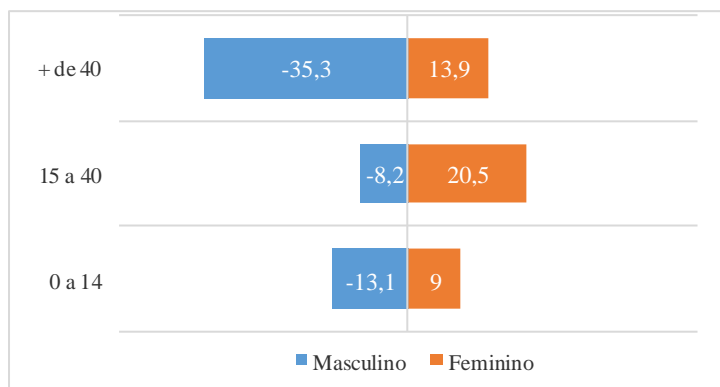
Predominam os homens mais velhos, como em outros gráficos. Entretanto, o percentual feminino na faixa produtiva e reprodutiva é expressivamente maior em relação aos homens. Menor percentual de crianças, mas com ligeiro equilíbrio entre os sexos.

Gráfico 3.6: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Itaoca
Masculino: 46 / Feminino: 53 / Total: 90



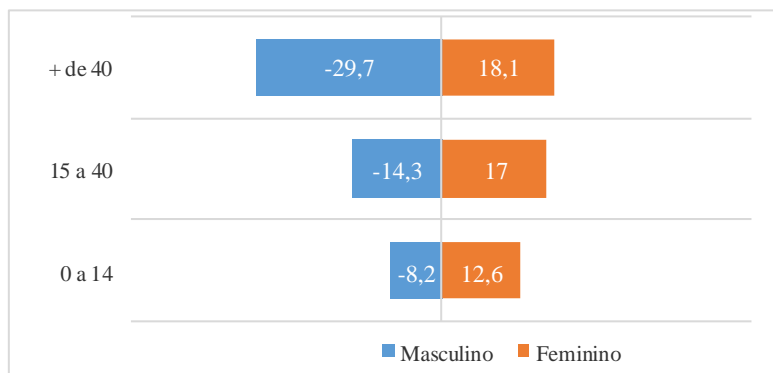
Predominam os homens mais velhos com alto percentual em relação às mulheres. No entanto, há uma expressiva superioridade de mulheres em fase reprodutiva e um relativo equilíbrio entre os sexos na base da pirâmide, apesar da maioria ser de meninos.

Gráfico 3.7: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Laranjeiras
Masculino: 69 / Feminino: 53 / Total: 122



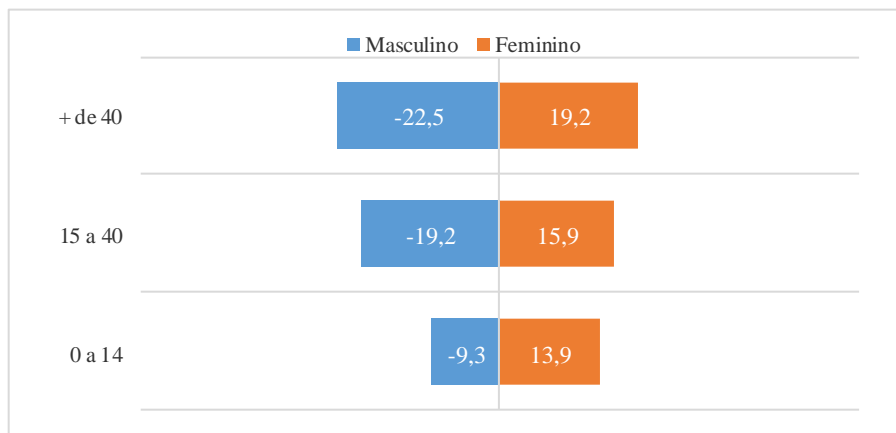
Fazenda com maior percentual de homens com idade acima dos 40 anos, com 35,3% em relação a 13,9% de mulheres na mesma faixa etária. O percentual de mulheres adultas, como em outros gráficos, é mais que o dobro do percentual de homens na mesma faixa etária. Apesar do predomínio de meninos, há uma tendência ao equilíbrio na base da pirâmide.

Gráfico 3.8: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Gavião
Masculino: 95 / Feminino: 87 / Total: 182



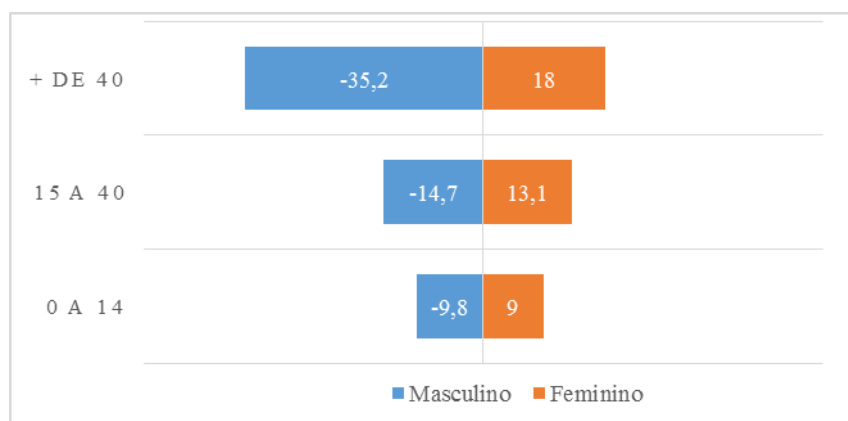
Nesta fazenda, uma das mais conhecidas e importantes do Barão, há uma conformação mais clássica, com predomínio de homens mais velhos, repetindo o padrão da superioridade percentual de mulheres na fase adulta. Menos crianças, porém com certo equilíbrio entre os sexos.

Gráfico 3.9: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Aldeia
Masculino: 77 / Feminino: 74 / Total: 151



Há nesta fazenda um predomínio clássico de homens mais velhos, embora com maior equilíbrio em relação as mulheres e uma inversão no padrão da escravaria do Barão, com homens superando o número de mulheres na fase adulta, embora o percentual das mulheres também seja alto. Base da pirâmide, correspondente à faixa etária de crianças, tendendo ao equilíbrio entre os sexos feminino e masculino.

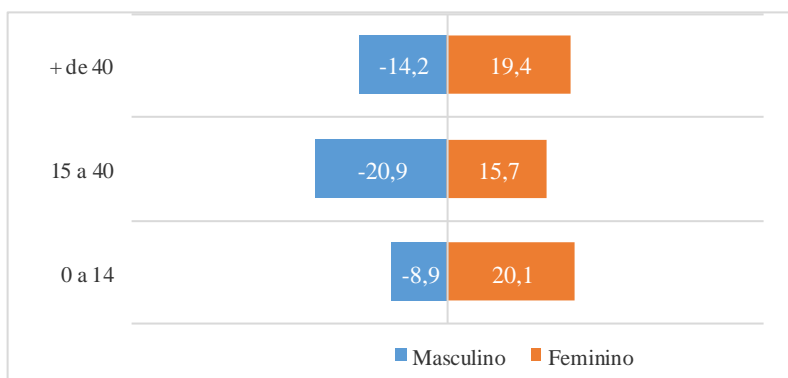
Gráfico 3.10: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Cafés
Masculino: 73 / Feminino: 49 / Total: 122



Grande percentual de homens mais velhos em relação às mulheres mais velhas, considerável equilíbrio entre os sexos na faixa etária adulta, apesar do predomínio masculino. Expressivo equilíbrio entre os sexos na base da pirâmide.

Gráfico 3.11: Pirâmide etária da população escrava da fazenda Aguardente

Masculino: 60 / Feminino: 74 / Total: 134



Esta fazenda se destaca pelas proporções diferenciadas em relação a outros gráficos. Pela primeira vez, mulheres mais velhas se sobrepõem ao percentual masculino, e o percentual de meninas é mais que o dobro do de meninos. Homens são maioria em relação às mulheres adultas. Exceção.

3.1 Resultados da análise dos gráficos.

Da análise dos gráficos de pirâmides etárias dos grupos de população escrava das 11 fazendas do Barão de Nova Friburgo, situadas no município de Cantagalo, 10 apresentam percentuais de homens maiores de 40 anos que superam o das mulheres, sendo essa faixa etária a preponderante dentre todos os grupos, confirmando nessa escravaria a tese do prolongamento da vida útil dos escravos após 1850. Uma análise das faixas etárias de homens maiores de 40 anos com ocupações especializadas como ferreiro, carpinteiro, carreiro e tropeiro (atividades exclusivas para escravos do sexo masculino) indica uma considerável presença destes, reforçando a intenção de manter essa mão-de-obra escrava naquele momento em que a reposição estava parcialmente interdita, a meio caminho de sua completa extinção.

Além disso, 7 entre 11 escravarias pertencentes a essas fazendas possuem o percentual de mulheres em fase adulta, produtiva e reprodutiva superiores aos dos homens, podendo significar aquisição de mais mulheres que homens pelo tráfico interno, para, além do trabalho na roça – seguindo o padrão igualitário de distribuição do trabalho entre os sexos feminino e masculino da época, podendo ser comprovado

pelos números gerais da escravidão do Barão: do total de 2.178 escravos, trabalhavam na roça aproximadamente 640 mulheres e 635 homens –, instituir reprodução endógena da sua escravidão. Essa hipótese pode ser comprovada na amostra ora analisada, tendendo ao equilíbrio entre os sexos na faixa etária entre 0 a 14 anos. Sinais da manutenção da escravidão com reprodução endógena e formação de famílias escravas nas senzalas do Barão de Nova Friburgo após 1850.

Conclusão

Espécie de meta-nós, era o parentesco escravo a possibilidade e o cimento da comunidade cativa. Era o solvente imprescindível a senhores e escravos, por intermédio do qual se tecia a paz das senzalas. Ao cativo tornava possível esconjurar a anomia, mediante o estabelecimento de regras através das quais a vida poderia ser vivida. Ao senhor, ávido de homens pacificados, permitia auferir uma renda política, cuja contabilidade, por não aparecer nunca de maneira óbvia nos inventários que deixavam, tem sido frequentemente despercebida. O movimento incessante de criação e recriação do parentesco cativo era um elemento-chave no processo pelo qual se produzia o escravo.⁴¹

Ao se dedicar a estudos histórico demográficos da escravidão, o historiador se depara com muitas possibilidades de abordagens e uma profusão de fontes que, após sistematizadas, nos indicam profícuos caminhos de investigação. Mais do que tirar conclusões, a análise serial nos coloca em cheque diante dos dados e números levantados, obrigando-nos a um cíclico trabalho de revisão, comparação e cruzamento de informações. Semelhante a um trabalho de decodificação em equipe – que na prática sempre o é –, o pesquisador caminha metodologicamente na tentativa de costurar os vários retalhos contidos nas aparências documentais, que podem ser inventários, palácios, registros cartoriais, museus, objetos ou qualquer suporte da cultura material que sugira a interpretação imaterial dos feitos dos homens e das mulheres. São potentes em sua herança, tendo relevante peso na identificação de problemas e situações do passado que repercutem na contemporaneidade.

É evidente a impossibilidade da restauração integral dos acontecimentos passados, por maior que seja o fôlego de qualquer pesquisa documental, entretanto, o contato com dados e informações extraídos de um conjunto de fontes em cooperação provoca o encontro com vidas humanas que jamais seriam relevantes, a não ser pelo esforço em encontrá-las. O estudo da trajetória de Antônio Clemente Pinto, destacado representante da classe senhorial agro fluminense no oitocentos, tem sentido justamente quando o mesmo personagem revela outros agentes que ressurgem com força a partir da prática de verificação serial. Descobrimos e confirmamos, assim, a interação e a interdependência senhor-escravo, e refletimos sobre as condições as quais cada um desses indivíduos pode ter vivido, considerando suas ideologias, origens culturais,

⁴¹ FLORENTINO, Manolo & GOÉS, José Roberto, op. cit., p. 27.

pressões ambientais, regras sociais, e, sobretudo, suas contribuições para a formação de civilizações e para a produção da cultura material e imaterial brasileira.

Referências Bibliográficas

ALEGRIO, Leila Vilela. *Os Clemente Pinto: importantes cafeicultores do sertão do leste fluminense (Cantagalo)*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Lexikon - 4.ed., rev. e atual. -, 2012.

ALMEIDA, Cícero Antonio F. de. *Catete: Memórias de um Palácio*. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.

BELLUCCI, Beluce (Coord.). *Introdução à história da África e da cultura afro-brasileira*. Rio de Janeiro: UCAM, CEAA; CCBB, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CHAGAS, Mario de Souza. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006.

CUNHA, Maísa Faleiros. *A escravidão em números: demografia escrava em Franca-SP, 1811-1888*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2015. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_70.pdf Acesso em: 18 nov. 16

ERMAKOFF, George. *O negro na fotografia brasileira do Século XIX*. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial, 2004.

ERTHAL, Clélio. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Nitpress, 2008.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras. Uma História do Tráfico de Escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo & GOÊS, José Roberto. *A Paz das Senzalas: Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

GENOVESE, Eugene. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GINZBURG, Carlo. *O nome e o como*. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*; tradução António Narino. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 169-178.

HENRY, Louis. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

LOPES, Nei. *Dicionário escolar afro-brasileiro*. São Paulo: Selo Negro - 2. ed. -, 2015.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MARCONDES, Renato Leite. *Diverso e desigual: o Brasil escravista na década de 1870*. FUNPEC Editora, 2009.

MARRETO, Rodrigo Marins. *A Escravidão Velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2014. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1791.pdf> Acesso em: 16 nov. 16

_____. De traficante de escravos a Barão de Nova Friburgo: a trajetória de Antônio Clemente Pinto na primeira metade do oitocentos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, XXVIII, 2015, Florianópolis. *Anais eletrônicos*, Florianópolis: ANPUH, p. 1-12, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439403126_ARQUIVO_DetraficanteEscravosaBaraodeNovaFriburgo.pdf. Acesso em: 16 nov. 2016

MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia, n.5, 2011. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/Musas5-web.compressed.pdf> Acesso em: 10 nov. 2016

MUSEU DA REPÚBLICA. O Museu da República. São Paulo: Banco Safra - 30ª Edição -, 2011.

OLIVEIRA, Carlos Daetwyler Xavier. Antônio e suas loucuras de pedra e cal. *Revista do Professor – Museu da República*. Rio de Janeiro, n. 05, p. 4-8, 2013. Disponível em: http://museudarepublica.museus.gov.br/informacao/revistadoprofessor/05/revistaprofessor_5.html#/6 Acesso em: 5 nov. 2016

PORTELLA, Isabel Sanson. Análise tipológica dos padrões dos pisos de parquet dos Salões do Palácio Nova Friburgo / Palácio do Catete. In: MENDONÇA, I.; CARITA, H.; MALTA, M. (Coord.). *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia dos Interiores*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: UFRJ, p. 472-481, 2014. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/artigospaginainicial/586/Tema3%20Portella.pdf> Acesso em: 10 nov. 2016

_____. O programa decorativo do Palácio de Nova Friburgo. In: A CASA SENHORIAL EM LISBOA E NO RIO DE JANEIRO: Anatomia dos Interiores, *Artigos*, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa; Rio de Janeiro: UFRJ, p. 143-152, 2015. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial/artigospaginainicial/462/07%20Isabel%20Portella.pdf> Acesso em 10 de nov. 16

QUAGLINO, Maria Ana & ARAUJO, Alcíria. *Sertões do Macacu: Guia do Patrimônio Documental da Região Centro-Norte Fluminense*. Nova Friburgo/RJ: Edição do autor, 2013. Disponível em: <http://www.djoaovi.com/guia-do-patrimonio> Acesso em 1º nov. 16

SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SIMMEL, Georg (1858-1918). *Ensaaios sobre teoria da história* ; tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

TEIXEIRA, Adriano Braga. Inventários post mortem: possibilidades de pesquisa a partir de uma fonte plural. *Mal-Estar e Sociedade*. Barbacena, Ano V, n. 8, p. 63-83, janeiro/junho 2012.

Disponível em: <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/187/189> Acesso em 15 nov. 16

TSCHUDI, Johann Jakob von; TAUNAY, Afonso de E. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

Fontes

Manuscrita:

ARQUIVO NACIONAL. Inventário *post mortem* do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo, 1873, caixa 2619, maço 637, números 1171 e 1172.

Impressa:

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil em 1872* – Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger, 1874. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477> Acesso em: 1º nov. 2016

Portais na internet:

www.cultura.gov.br

www.museus.gov.br

<http://museudarepublica.museus.gov.br>

www.casaruibarbosa.gov.br/acasasenhorial

<http://brasilianafotografica.bn.br/>

www.bn.gov.br/explore/acervos/cartografia

<http://biblioteca.ibge.gov.br>

www.djoaovi.com

www.institutocidadeviva.org.br

www.cantagalo.rj.gov.br

www.gilbertogil.com.br

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, *Joana Regattieri Adam*, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *Estudo histórico demográfico da população escrava nas fazendas cafeeiras do Barão de Nova Friburgo: Cantagalo / Rio de Janeiro (1850-1873)*, foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 13 de janeiro de 2017.

Joana Regattieri Adam